

Balanco Consolidado em 31 de Dezembro de 2008

(em euros)									
	Notas/ Quadros Anexos	2006			Ano Anterior	Notas/ Quadros Anexos	2006	Ano Anterior	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido					
ACTIVO						PASSIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais						Recursos de bancos centrais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	182.310,70		182.310,70	27.135,23	Passivos financeiros dados para negociação			
Activos financeiros dados para negociação						Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						Recursos de outras instituições de crédito	11	2.200.973,42	
Activos financeiros dados para venda						Recursos de clientes e outros empréstimos			
						Responsabilidades representadas por títulos			
Aplicações em instituições de crédito	4	12.126.888,28		12.126.888,28	12.057.957,33	Passivos financeiros associados a activos transferidos			
						Derivados de cobertura			
Crédito a clientes	5	7.729.033,14	1.178.744,04	6.550.289,10	3.162.890,69	Passivos não correntes dados para venda			
						Provisões	12	286.216,35	
Investimentos dados até à maturidade						Passivos por impostos correntes	13	111.347,02	
Activos com acordo de recompra						Passivos por impostos diferidos			
						Instrumentos representativos de capital			
Derivados de cobertura						Outros passivos subordinados			
Activos não correntes dados para venda	6	180.684,26	51.103,87	119.580,39	203.891,57			200.000,00	
Propriedades de investimento						Outros passivos	14	459.201,31	
Outros activos tangíveis						Total de Passivo		3.027.744,10	
Activos intangíveis						Capital	15	12.974.000,00	
Investimentos em faixas associadas e empenhamentos conjuntos						Prémios de emissão			
Activos por impostos correntes	7	23.079,37	188.428,48	21.079,37	23.079,37	Outros instrumentos de capital			
Activos por impostos diferidos	8	70.000,00		70.000,00		Ações próprias			
Outros activos	9	20.455,52		20.455,52	20.756,74	Reservas de reavaliação			
						Outras reservas e resultados transferidos		2.715.563,44	
	10					Resultado do exercício		395.255,82	
						Dividendos antecipados			
Total de Activo		20.530.869,25	1.423.273,39	19.102.595,86	20.745.519,93	Total de Passivo + Capital		19.102.593,36	

A Técnica Cécilia de Cortes
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrial
Administradores - Patrick Poullin
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA
Em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2006 (EUR)	ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares		914.066,47	936.665,19
Juros e encargos similares		-92.545,79	-102.243,67
Margem Financeira		821.520,68	834.421,52
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões			
Encargos com serviços e comissões		-9.265,34	-9.580,64
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos			
Outros resultados de exploração	16	68.414,43	-27.395,47
Produto bancário		880.669,77	797.445,41
Custos com o pessoal	17	-23.379,71	-26.046,67
Gastos gerais administrativos	18	-252.030,75	-259.919,83
Amortizações do exercício			
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	-68.093,77	-13.129,21
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	19	-154.118,13	-130.205,02
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		1.671,85	-4.556,47
Resultado antes de impostos		384.719,26	363.588,21
Impostos			
Correntes	20	4.566,56	-33.973,54
Diferidos		-4.000,00	0,00
Resultado após impostos	21	385.285,82	329.614,67
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		385.285,82	329.614,67

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Disponibilidades em outras instituições de crédito
4. Aplicações em instituições de crédito
5. Crédito a clientes
6. Activos não correntes detidos para venda
7. Activos intangíveis
8. Investimentos Em Filiais, Associadas e empreendimentos conjuntos
9. Activos por impostos correntes e impostos diferidos
10. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

11. Recursos de outras instituições de crédito
12. Provisões
13. Passivos por impostos correntes e impostos diferidos
14. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

15. Capital

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

16. Outros resultados de exploração
17. Custos com o pessoal
18. Gastos gerais administrativos
19. Imparidade
20. Impostos correntes
21. Resumo da composição do lucro consolidado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

22. Rubricas extrapatrimoniais
23. Gestão de riscos
24. Relações com entidades relacionadas
25. Eventos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest SGPS, SA, foi constituída em 19 de Agosto de 1992. A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações nas seguintes sociedades: RCI Gest Leasing SLFM, SA e RCI Gest Seguros Lda.

As notas às demonstrações financeiras dizem respeito ao exercício de 2006.

As demonstrações financeiras serão apresentadas para aprovação em Conselho de Administração no dia 28 de Fevereiro de 2007 e em Assembleia Geral no dia 30 de Março de 2007.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") tal como definidas pelo Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico.

2.2 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da RCI SGPS, SA e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (subsidiárias). Se necessário, são efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas NCA's e de forma a assegurar a sua uniformidade.

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

O lucro consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da RCI Gest SGPS, SA e das subsidiárias após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

É realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos são similares e determinadas perdas por imparidade com base comportamento histórico das perdas em activos similares.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2.4 Informação comparativa

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as aplicadas em exercícios anteriores, excepto para a contabilização de impostos diferidos. Durante o exercício de 2006, a Sociedade passou a contabilizar os efeitos futuros por diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais como impostos diferidos. Caso tivesse adoptado esta política no exercício anterior, a situação líquida e os activos por imposto diferido seriam superiores em 74.000 euros em 31 de Dezembro de 2005.

2.5 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) **Créditos a clientes**

O cálculo da imparidade da carteira de crédito a clientes, é efectuado com base na antiguidade dos valores vencidos e no tipo das Garantias obtidas, de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal e respectivas alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/03.

O valor da imparidade da carteira de crédito é corrigida, quando a avaliação efectuada de acordo com o parágrafo anterior se mostra inferior à imparidade calculada de acordo com os critérios do grupo. De acordo com o este modelo de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados de mesma rubrica de Imparidade acima referida.

2) **Operações de locação financeira**

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

Os encargos directamente associados à originação dos contratos de locação financeira são reconhecidos linearmente em resultados na rubrica Encargos com serviços e Comissões durante o prazo dos contratos.

3) **Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Entidade e se houver suficiente prova de que a Entidade continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Nesta rubrica são registados os valores de veículos recuperados pela rescisão de contratos de locação.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a despesas de instalação, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

5) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Entidade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

6) Impostos

A RCI e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável no exercício em que os lucros tributáveis são gerados. Os efeitos nos impostos futuros por diferenças temporárias relativas à existência de provisões não aceites para efeitos fiscais são reconhecidos como activos por impostos diferidos.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

7) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 15).

8) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

9) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa e saldos à ordem junto d e outras instituições de crédito.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

O Saldo, no montante de 182 311 Euros respeita a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” têm a seguinte composição:

Descritivo	2006	2005
• Até 3 meses	0	12 057 957
• De 3 meses a 1 ano	12 126 868	0
• De 1 ano a 5 anos	0	0
• Mais de 5 anos	0	0
Total	12 126 868	12 057 957

5. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica de “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, integralmente respeitante a operações de locação financeira mobiliárias.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica “Crédito a clientes” por prazo residual era como segue:

CLIENTES LOCAÇÃO FINANCEIRA:	2006	2005
Até 3 meses	6 306 420	7 937 881
De 3 meses a 1 ano	134 901	147 176
De 1 ano a 5 anos	56 129	35 006
Mais de 5 anos	0	0
Sub-Total	6 497 450	8 120 063
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS:		
Até 3 meses	139 276	98 003
De 3 meses a 1 ano	82 072	125 642
De 1 ano a 5 anos	395 666	407 083
Mais de 5 anos	614 569	436 725
Sub-Total	1 231 583	1 067 453
TOTAL	7 729 033	9 187 516

6. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 era como a seguir se mostra:

Descritivo	2006	2005
Veículos recuperados	180 684	266 667
Imparidade sobre veículos recuperados	-61 104	-62 775
Total	119 580	203 892

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	ACTIVO BRUTO 31.12.05	AMORTIZ. ACUMUL. 31.12.05	ABATES	AMORTIZ. EXERCÍCIO	AMORTIZ. ACUMUL. 31.12.06	ACTIVO LIQUIDO 31.12.06
Despesas de Constituição	188 428	188 428	0	0	188 428	0
TOTAL	188 428	188 428	0	0	188 428	0

8. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 em “Investimentos Em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos” são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2006	2005
• RCI Gest Seguros	23 079	23 079
Total	23 079	23 079

9. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 em “activos por impostos correntes e diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2006	2005
Diferenças temporárias originaram Activos por ID		
• Provisões não aceites fiscalmente	70 000	0
Total	70 000	0

É convicção da administração que a sociedade gerará lucros fiscais suficientes que permitam a utilização integral dos valores de activos por impostos diferidos apresentados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

Descritivo	2006	2005
• Valores à cobrança	20 120	227 268
• Indemnizações a receber	0	26 068
• Facturas em aprovação	2 932	10 573
• Outros	7 414	3 657
Total	30 466	267 566

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” têm a seguinte composição:

Descritivo	2006	2005
• Até 3 meses	2 200 979	3 462 847
• De 3 meses a 1 ano	0	0
• De 1 ano a 5 anos	0	0
• Mais de 5 anos	0	0
Total	2 200 979	3 462 847

12. PROVISÕES

O Saldo da rubrica de provisões em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem como o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2006 pode ser evidenciado como o quadro seguinte:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	TRANSF.	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Riscos e Encargos:					
- Riscos gerais de crédito	90 069	-	-	18 440	71 629
- Crédito vincendo	74 904	-	127 095	46 284	155 715
- Outros riscos e encargos	104 017	-80 867	11 697	5 975	28 872
TOTAL	268 990	-80 867	138 792	70 699	256 216

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

O saldo em 31 de Dezembro de 2006 de “Passivos por impostos correntes e diferidos” no montante de 111 347 Euros é integralmente respeitante a IRC a liquidar.

14. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

Descritivo	2006	2005
• Adiantamentos de clientes	192 531	422 138
• Credores – empresas do grupo	59 954	208 798
• Estado e outros entes públicos	35 279	30 558
• Comparticipações em contratos	14 214	14 214
• Mensualização de juros	20 802	24 660
• Honorários a pagar	31 410	19 560
• Fornecedores	7 691	10 350
• Outros	97 320	65 969
Total	459 201	796 247

15. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito da RCI Gest SGPS, SA ascende a 12 974 000 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006, a RCI Gest, SCA, S.A. detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest, SGPS, S.A.

A RCI Gest SGPS, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2006 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

No exercício de 2006 a RCI Gest SGPS, SA procedeu à distribuição de dividendos no montante de 282 958 Euros (0,11 euros por acção).

Conforme apresentado no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos sobre os resultados de 2006, a apresentar na Assembleia Geral, no montante de 354 330 euros (0,14 euros por acção).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2006	2005
• Débito de despesas de recuperação	54 914	46 397
• Compensações contratuais	-10 582	0
• Quotizações	-33 386	-68 763
• Rendimentos de participações	48 332	41 069
• Outros resultados de exploração	9 136	-46 098
Total	68 414	-27 395

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Custos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2006	2005
• Remunerações	18 379	20 109
• Encargos Sociais	4 168	4 229
• Outros custos com o pessoal	833	1 709
Total	23 380	26 047

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número médio de efectivos era de 1 funcionário.

18. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2006	2005
• Prestação de serviços - grupo	133 279	149 240
• Prestação de serviços - externos	36 245	37 203
• Serviços judiciais	21 283	19 148
• Honorários	29 027	22 043
• Publicidade	9 958	8 991
• Outros gastos gerais administrativos	22 239	23 295
Total	252 031	259 920

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica imparidade, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2006, era como a seguir se mostra.

CONTAS	SALDO INICIAL	TRANSF.	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Imparidade sobre crédito a clientes	1 024 626	-	895 999	741 881	1 178 744
	1 024 626	-	895 999	741 881	1 178 744

20. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2006 e 2005 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

Descritivo	2006	2005
1. Resultados antes Impostos	384 719	363 588
2. Taxa imposto	27,5%	27,5%
3. Imposto do exercício	105 798	99 987
4. Efeito fiscal de gastos não dedutíveis		
Provisões não aceites	68 094	13 129
Dívidas incobráveis	679	79 285
Quotizações		3 655
Multas/coimas		2 915
Outros	-263	
5. Efeito fiscal de proveitos não dedutíveis		
Dividendos	-48 332	-41 069
6. Lucro Tributável	404 897	421 503
7. IRC 2006 (6 x 2)	111 347	115 914
8. Excesso de estimativa 2005	-115 914	-81 940
9. Imposto corrente (7 + 8)	-4 567	33 974

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2004 a 2006 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO CONSOLIDADO

A formação do lucro consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, pode ser resumida como segue:

Descritivo	2006	2005
• RCI Gest SGPS, SA	354 330	282 958
• RCI Gest Leasing SLFM, SA	30 956	46 657
Total	385 286	329 615

22. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

Descritivo	2006	2005
• Garantias de financiamento	57 980	0
• Juros vencidos	161 121	145 840
• Rendas vincendas	5 876 695	9 209 607
• Valores residuais	1 118 756	1 160 531

23. GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro e de liquidez.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

A fim de controlar o risco de crédito cliente e rede, a empresa tem estabelecidas normas internas e procedimentos no que respeita à aceitação e acompanhamento dos seus clientes, de acordo com as preconizações constantes do Grupo RCI BANQUE para as suas filiais.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pela Direcção de Serviços a Clientes, pela Direcção Administrativa e Financeira e pela RCI BANQUE - Direcção de Risco. Existe uma grelha de score, definida de acordo com os princípios do Grupo, cabendo a Manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE, que assumem essa função em todas as filiais do Grupo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Estes dois factores conjugados permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contratos, visto que a Aceitação se integra na Direcção de Serviços a Clientes. As Regras de Aceitação do Financiamento Rede, e de renovação dos limites das linhas já aceites, são definidas pela Direcção de Crédito Rede respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

Existe uma grelha de cotação a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente rede poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos a par da análise pelo analista financeiro.

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente a evolução de indicadores de médio e curto prazo, sendo que as obrigações de informação à RCI Banque Portugal constituem uma obrigação contratual :

- Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base num dossier recebido anualmente,
- Indicadores de curto prazo, nomeadamente:
 - a evolução da rentabilidade de exploração, avaliada com base no seguimento trimestral das contas de exploração dos mesmos,
 - a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário,
 - os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.

Em caso de não respeito das regras mínimas de aceitação de risco pela RCI Banque ou de degradação financeira são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de gravidade da situação (desde a redução limites, exigência de garantias e planos de acção, até à própria suspensão do financiamento do concessionário por parte da RCI Banque). Estão também previstas análises às demonstrações financeiras da Rede, em caso de cotação fraca ou de degradação financeira grave, realizadas por auditor independente.

A avaliação da qualidade do risco de crédito à Rede, efectuada mensalmente, traduz-se no cálculo mensal das provisões.

Este cálculo, tem por base um procedimento comum a todo o grupo RCI BANQUE, em que se classifica o Capital Financiado consoante a classe de risco de crédito: “são”, com incidentes e “em risco de incumprimento”. O cálculo das provisões é tanto mais apurado quanto mais elevada for a probabilidade de risco de incumprimento. A categoria “em risco de incumprimento” corresponde à integração do cliente num estatuto especial de pré-alerta e alerta que, desencadeia, para além do provisionamento mais elevado, um conjunto de medidas cautelares de acção imediata.

Os Comités especializados de seguimento que contribuem para o controlo do risco, têm como principais funções, detectar as tendências de evolução do crédito mal-parado e desencadear as acções preventivas ou correctivas necessárias, decorrentes da evolução constatada e previsível do mercado ou de um perfil de cliente em particular.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro, numa base consolidada. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuada através de um sistema de informação, intitulado “Cristal”, que tem como referência a “Charte Cristal” .

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A RCI BANQUE deve disponibilizar, a qualquer momento, os recursos financeiros suficientes para assegurar o desenvolvimento da actividade da RCI Gest Leasing. Por isso, o acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e apresentação mensal ao Comité Financeiro do Grupo.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE .- Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documentos de referência a "Carta de Gestão e Seguimento do Risco Operacional" e a Matriz de Controlos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Em 2005 elaborou-se a 1ª. Cartografia de Riscos Operacionais do Grupo, que consistiu na avaliação e priorização dos riscos dos processos com maior risco.

Os resultados foram apresentados e validados em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e enviados à RCI BANQUE.

Outros instrumentos de seguimento estão a ser implementados por etapas nas filiais, tais como: base de colecta de incidentes e indicadores de risco operacional.

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

24. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

Descritivo	2006
SALDOS COM EMPRESAS PARTICIPADAS	
RCI Gest Seguros Corretores, LDA.	
Activos	23 079
SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIPAÇÕES NA EMPRESA	
RCI Gest - Sociedade de Comércio de Automóveis, SA	
Passivos	17 700
SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS	
RCI Banque	
Activos	12 126 868
Passivos	2 200 979
Custos	92 546
Proveitos	351 936
RCI Banque Sucursal Portugal, SA	
Passivos	43 619
Renault Portugal, SA	
Passivos	2 932

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Devido à imposição de natureza regulamentar o Grupo RCI em Portugal sentiu a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, tendo decidido pela transformação da RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, numa Instituição Financeira de Crédito, habilitada a desenvolver esta actividade, e posterior fusão da RCI Gest Leasing.

Esta transformação irá ter data efeito 1 de Janeiro de 2007, sendo que o início de actividade da RCI Gest IFIC está previsto para 1 de Março de 2007.

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca ao desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Alexandra Ferreira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Patrice Cabrier

Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e

Guillaume Cuny

RCI GEST - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 Lisboa

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º. 3 694

Contribuinte n.º. 502 834 099

ANEXO II**Mapa de movimento de capitais próprios consolidados em 31 de Dezembro de 2006**

Contas	Saldo Inicial	Aumentos (Nota 21)	Alteração de política (Nota 2)	Aplicação de resultados	Dividendos (Nota 15)	Saldo Final
Capital Social	12.974.000,00					12.974.000,00
Ajustes de partes de Capital						
Reserva Legal	2.746.820,18					2.746.820,18
Reserva Reavaliação						
Outras reservas	48.636,85					48.636,85
Resultados Transitados	-200.550,11		74.000,00	46.656,52		-79.893,59
Resultado líquido	329.614,67	385.285,82		-46.656,52	-282.958,15	385.285,82
Total de Capitais próprios	15.898.521,59	385.285,82	74.000,00	0,00	-282.958,15	16.074.849,26

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira**O Conselho de Administração**

Presidente - Patrice Cabrier

Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
31-12-2006

	2006		2005	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Resultado líquido do exercício	385.285,82		329.614,67	
Ajustamentos				
Provisões	220.540,05		147.890,70	
Resultados financeiros	-393.584,55		-299.536,65	
Aumento das dívidas de terceiros	1.704.621,34		547.831,37	
Diminuições das dívidas a terceiros	-351.908,21		325.287,94	
Diminuição dos proveitos diferidos	-1.636,98		-4.179,40	
Diminuição de acréscimos de proveitos	0,00		185,10	
Diminuição dos custos diferidos	77,60		0,00	
Aumento de acréscimos de custos	64,95		-35.895,89	
Diminuição de recursos de OIC	-1.250.000,00		-1.100.000,00	
Fluxo das actividades operacionais (1)		313.460,02		-88.802,16
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Juros e proveitos similares	351.935,99		263.988,41	
Dividendos	48.331,70	400.267,69	40.978,64	304.967,05
Pagamentos respeitantes a:				
Fluxo das actividades de investimento (2)		400.267,69		304.967,05
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Pagamentos respeitantes a:				
Dividendos	282.958,15		186.435,39	
Juros e custos similares	6.683,14		5.430,40	
Empréstimos obtidos	200.000,00	489.641,29	0,00	191.865,79
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-489.641,29		-191.865,79
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		224.086,42		24.299,10
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.085.092,56		12.060.793,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12.309.178,98		12.085.092,56
		224.086,42		24.299,10

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2006	2005
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	182.310,70	27.135,23
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	182.310,70	27.135,23
Outras disponibilidades	12.126.868,28	12.057.957,33
Disponibilidades constantes do balanço	12.309.178,98	12.085.092,56

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

RCI GEST - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

- EXERCÍCIO DE 2006 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais vem o Conselho de Administração da RCI Gest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA apresentar o Relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2006, elaborados de forma consolidada.

A RCI Gest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, integra o grupo RCI Gest, que consolida a contas ao nível da RCI Gest - Sociedade de Comércio de Automóveis, SA, a qual é a única accionista desta sociedade.

A sociedade detém participações financeiras, com domínio total, na seguinte empresa:

RCI Gest Leasing-Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA
Detendo também desde o exercício de 97, uma participação de 10% sobre:
RCI Gest Seguros - Corretores, Lda

Sem prejuízo dos elementos constantes nos relatórios e contas das participadas e que se dão como integralmente reproduzidos, as actividades das sociedades em causa podem ser assim sintetizadas:

RCI GEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

Esta sociedade, devido ao seu estatuto, manteve a gestão e a coordenação da actividade da sua participada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Sr. Patrice Cabrier

Administrador Delegado :Sr. Patrick Poulain

Administrador: Sr. Frederic Renaud

Administrador : Sr. François Provost

Administrador : Sr. Guillaume Cuny

O seu Resultado Líquido positivo, no exercício, de Eur: 354 330,09 foi o saldo entre os custos suportados e a facturação dos serviços prestados às participadas, bem como do resultado da aplicação da sua tesouraria.

RCI GEST LEASING - Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA

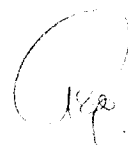
Este segmento da oferta do grupo RCI Gest continua em 2006 a ter um baixo índice de utilização.

O Resultado Líquido é positivo, em Eur : 30 955,73.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Devido a imposição de natureza regulamentar, coloca-se ao Grupo RCI em Portugal a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, estando em curso a transformação da RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, numa Instituição Financeira de Crédito, habilitada a desenvolver esta actividade, e posterior fusão da RCI Gest Leasing.

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca ao desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de balanço de 19.102.593,36 Euros e um total de capital próprio de 16.074.849,26 Euros, incluindo um resultado líquido de 385.285,82 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Variações em Capital Próprio Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável



sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS**,

S.A. em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

ÊNFASES

8. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes divulgações:

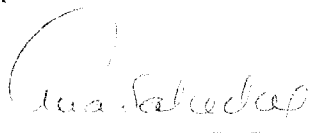
8.1. O mencionado no nº 25 das Notas às Demonstrações Financeiras relativa ao possível projecto de fusão das Sociedades do grupo na RCI Gest – Sociedade de Comércio de Automóveis, S.A..

8.2. O mencionado no nº 2.4 das Notas às Demonstrações Financeiras relativa à aplicação pela primeira vez, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, das Normas de Contabilidade Ajustadas.

Lisboa, 12 de Março de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
(Contas Consolidadas)

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais e aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre as contas consolidadas da **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, as quais, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no nº 1 do Artigo 508 - D do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 36/92 e nas respectivas Instruções do Banco de Portugal e que, nos seus aspectos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas na referida legislação.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação apreciámos os respectivos Relatórios, Pareceres e Certificações Legais de Contas emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Nesta data emitimos a Certificação legal das Contas Consolidadas com ênfases e o Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, os quais endereçamos ao Conselho de Administração.

Face ao exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, em nossa opinião as contas consolidadas da **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, satisfazem as disposições legais e dão a conhecer os resultados apurados no

exercício e a situação financeira consolidada no final do exercício, pelo que somos de parecer que merecem aprovação.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Balanco em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2006			Ano Anterior	Notas/ Quadros Anexos	2005	Ano Anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido				
ACTIVO								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	23 581,10		23 581,10	4 602,53			
Activos financeiros deitados para negociação								
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Activos financeiros deitados para venda								
Aplicações em instituições de crédito	4	12 126 968,28		12 126 968,28	12 057 357,33			
Crédito a clientes								
Investimentos deitados até a maturidade								
Activos com acordo de recompra							90 238,97	68 096,64
Derivados de cobertura								
Activos não correntes deitados para venda								
Provisões								
Passivos por impostos correntes						7		
Passivos por impostos diferidos								
Instrumentos representativos de capital								
Outros passivos subordinados								
Outros passivos							17 726,03	23 351,80
Total do Passivo						8	107 965,00	91 447,44
CAPITAL								
Capital						9	12 974 000,00	12 974 000,00
Prémios de emissão								
Outros instrumentos de capital				3 828 907,32	3 828 907,32			
Ações próprias								
Reservas de reavaliação								
Outras reservas e resultados transitados							2 543 007,61	2 543 007,61
Resultado do exercício							354 330,09	285 958,15
Dividendos antecipados								
Total de Capital							15 871 331,70	15 800 019,78
Total do Passivo + Capital							15 979 356,70	15 831 467,20

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrer
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Prost e Guillaume Cuny

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2006 (EUR)	ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares		351.935,99	263.988,41
Juros e encargos similares			
Margem Financeira		351.935,99	263.988,41
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões			
Encargos com serviços e comissões		-849,68	-168,40
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos			
Outros resultados de exploração	10	48.331,70	40.978,64
Produto bancário		399.418,01	304.798,65
Custos com o pessoal			
Gastos gerais administrativos	11	-22.944,59	-16.109,50
Amortizações do exercício			
Provisões líquidas de reposições e anulações			
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)			
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Resultado antes de impostos		376.473,42	288.689,15
Impostos			
Correntes	12	-22.143,33	-5.731,00
Diferidos			
Resultado após impostos		354.330,09	282.958,15
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		354.330,09	282.958,15

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Disponibilidades em outras instituições de crédito
4. Aplicações em instituições de crédito
5. Activos intangíveis
6. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

BALANÇO: PASSIVO

7. Passivos por impostos correntes e impostos diferidos
8. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

9. Capital

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

10. Outros resultados de exploração
11. Gastos gerais administrativos
12. Impostos correntes

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. Gestão de riscos
14. Relações com entidades relacionadas
15. Eventos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest SGPS, SA, foi constituída em 19 de Agosto de 1992. A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações nas seguintes sociedades: RCI Gest Leasing SLFM, SA e RCI Gest Seguros Lda.

As notas às demonstrações financeiras dizem respeito ao exercício de 2006.

As demonstrações financeiras serão apresentadas para aprovação em Conselho de Administração no dia 28 de Fevereiro de 2007 e em Assembleia Geral no dia 30 de Março de 2007.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**2.1. Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") tal como definidas pelo Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico.

2.2. Informação comparativa

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as aplicadas nos exercícios anteriores.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a despesas de instalação, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

2) Impostos

A RCI e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável no exercício em que os lucros tributáveis são gerados.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem ao imposto corrente, uma vez que não existem situações geradoras de impostos diferidos.

3) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 9).

4) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa e saldos à ordem junto de outras instituições de crédito.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

O Saldo, no montante de 23 581 Euros respeita a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito" têm a seguinte composição:

Descritivo	2006	2005
• Até 3 meses	0	12 057 957
• De 3 meses a 1 ano	12 126 868	0
• De 1 ano a 5 anos	0	0
• Mais de 5 anos	0	0
Total	12 126 868	12 057 957

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	ACTIVO BRUTO 31.12.05	AMORTIZ. ACUMUL. 31.12.05	ABATES	AMORTIZ. EXERCÍCIO	AMORTIZ. ACUMUL. 31.12.06	ACTIVO LIQUIDO 31.12.06
Despesas de Constituição	143 069	143 069	0	0	143 069	0
TOTAL	143 069	143 069	0	0	143 069	0

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 em “Investimentos Em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos” são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2006	2005
• RCI Gest Leasing SLFM, SA	3 805 828	3 805 828
• RCI Gest Seguros	23 079	23 079
Total	3 828 907	3 828 907

7. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

O saldo em 31 de Dezembro de 2006 de “Passivos por impostos correntes e diferidos” no montante de 90 239 Euros é integralmente respeitante a IRC a liquidar.

8. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

Descritivo	2006	2005
• Fornecedores c/c	4 316	9 792
• Honorários	13 410	13 560
Total	17 726	23 352

9. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito da RCI Gest SGPS, SA ascende a 12 974 000 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006, a RCI Gest, SCA, S.A. detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest, SGPS, S.A.

A RCI Gest SGPS, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2006 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

No exercício de 2006 a RCI Gest SGPS, SA procedeu à distribuição de dividendos no montante de 282 958 Euros (0,11 euros por acção).

Conforme apresentado no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos sobre os resultados de 2006, a apresentar na Assembleia Geral, no montante de 354 330 euros (0,14 euros por acção).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2006	2005
• Rendimentos de participações	48 332	41 069
• Outros	0	-90
Total	48 332	40 979

11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2006	2005
• Honorários	17 027	10 573
• Publicidade	5 511	5 085
• Contencioso e notariado	407	430
• Outros		22
Total	22 945	16 110

12. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2006 e 2005 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

Descritivo	2006	2005
1. Resultados antes Impostos	376 473	288 689
2. Taxa imposto	27,5%	27,5%
3. Imposto do exercício	103 530	79 389
4. Efeito fiscal de proveitos não tributáveis		
Dividendos	-48 332	-41 069
5. Lucro Tributável	328 141	247 620
6. IRC 2006 (5 x 2)	90 239	68 096
7. Excesso de estimativa 2005	-68 096	-62 365
8. Imposto corrente (6 + 7)	22 143	5 731

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2004 a 2006 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

13. GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de taxa de juro, de liquidez e operacional.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro, numa base consolidada. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado “Cristal”, que tem como referência a “Charte Cristal” .

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um “Sporting” mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE .- Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documentos de referência a “Carta de Gestão e Seguimento do Risco Operacional” e a Matriz de Controlos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Em 2005 elaborou-se a 1ª. Cartografia de Riscos Operacionais do Grupo, que consistiu na avaliação e priorização dos riscos dos processos com maior risco. Os resultados foram apresentados e validados em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e enviados à RCI BANQUE.

Outros instrumentos de seguimento estão a ser implementados por etapas nas filiais, tais como: base de colecta de incidentes e indicadores de risco operacional.

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

Descritivo	2006
SALDOS COM EMPRESAS PARTICIPADAS	
RCI Gest Leasing - Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA	
Activos	3 805 828
Proveitos	48 332
RCI Gest Seguros Corretores, LDA.	
Activos	23 079
SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIPAÇÕES NA EMPRESA	
RCI Gest - Sociedade de Comércio de Automóveis, SA	
Passivos	4 316
SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS	
RCI Banque	
Activos	12 126 868
Proveitos	351 936

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Devido a imposição de natureza regulamentar o Grupo RCI em Portugal sentiu a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, tendo decidido pela transformação da RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, numa Instituição Financeira de Crédito, habilitada a desenvolver esta actividade, e posterior fusão da RCI Gest Leasing.

Esta transformação ira ter data efeito 1 de Janeiro de 2007, sendo que o início de actividade da RCI Gest IFIC está previsto para 1 de Março de 2007.

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca ao desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Alexandra Ferreira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Patrice Cabrier

Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e

Guillaume Cuny

RCI GEST - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº. 3 694
Contribuinte nº. 502 834 099

ANEXO II

Mapa de movimento de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006

Contas	Notas/Quadros Anexos	Saldo Inicial	Aumentos	Dividendos	Saldo Final
Capital Social	9	12.974.000,00			12.974.000,00
Ajustes de partes de Capital					
Reserva Legal		2.543.061,61			2.543.061,61
Reserva Reavaliação					
Reservas Especiais					
Resultados Transitados					
Resultado líquido	9	282.958,15	354.330,09	-282.958,15	354.330,09
Total de Capitais próprios		15.800.019,76	354.330,09	-282.958,15	15.871.391,70

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 31-12-2006

	2006		2005	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Resultado líquido do exercício	354.330,09		282.958,15	
Ajustamentos				
Resultados financeiros	-400.267,69		-304.967,05	
Diminuições das dívidas a terceiros	16.517,56		28.862,81	
Aumento de acréscimos de proveitos	0,00		0,00	
Diminuição de acréscimos de custos			-11.900,00	
Fluxo das actividades operacionais (1)		-29.420,04		-5.046,09
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Juros e proveitos similares	351.935,99		263.988,41	
Dividendos	48.331,70	400.267,69	40.978,64	304.967,05
Pagamentos respeitantes a:				
Fluxo das actividades de investimento (2)		400.267,69		304.967,05
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Pagamentos respeitantes a:				
Dividendos	282.958,15	282.958,15	186.435,39	186.435,39
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-282.958,15		-186.435,39
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		87.889,50		113.485,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.062.559,88		11.949.074,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12.150.449,38		12.062.559,88
		87.889,50		113.485,57

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2006	2005
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	23.581,10	4.602,55
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	23.581,10	4.602,55
Outras disponibilidades	12.126.868,28	12.057.957,33
Disponibilidades constantes do balanço	12.150.449,38	12.062.559,88

A Técnica Oficial de Contas
 Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
 Presidente - Patrice Cabrier
 Administradores: Patrick Poulain
 Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

RCI GEST - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Sede Social: Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 LISBOA
Capital social: € : 12.974.000
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Pessoa Colectiva nº. 502 834 099

- CONVOCATÓRIA -

Convoco a Assembleia Geral desta sociedade para se reunir, na sua sede social, no próximo dia 30 de Março de 2006, pelas 09,30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício de 2006 e a proposta de aplicação de resultados, bem como dar cumprimento ao disposto do art.º 455º, do Código das Sociedades Comerciais.
- 2º. Deliberar sobre o relatório e contas consolidadas do exercício de 2006.
- 3º. Proceder à eleição dos membros do Conselho de Administração, para o próximo triénio.
- 4º. Proceder à nomeação do Fiscal Único e Suplente, para o próximo triénio.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

p/Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Sr Patrice Cabrier

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

- EXERCÍCIO DE 2006 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da RCI Gest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, apresentar a V.Exas. o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2006.

A Empresa tem como actividade exclusiva a gestão de participações sociais, actividade que manteve durante o ano de 2006, daí a simplicidade do presente relatório.

Importa referir que durante o ano 2006 a empresa recebeu 48 331,70 Euros a título de dividendos da sua participada RCI Gest Seguros, Lda.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Devido a imposição de natureza regulamentar, coloca-se ao Grupo RCI em Portugal a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, estando em curso a transformação da RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, numa Instituição Financeira de Crédito, habilitada a desenvolver esta actividade, e posterior fusão da RCI Gest Leasing.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	Sr. Patrice Cabrier
Administrador Delegado:	Sr. Patrick Poulain
Administrador:	Sr. Frederic Renaud
Administrador:	Sr. François Provost
Administrador:	Sr. Guillaume Cuny

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca ao desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.

Quanto ao resultado do exercício o mesmo apresenta um Resultado Líquido positivo de Euros: 354 330,09 com a seguinte proposta de afectação:

Euro: 354 330,09 para Dividendos

Caso a proposta mereça a aprovação da Assembleia Geral, a Situação Líquida, após afectação, será de Euro: 15.517.061,61.

As contas do grupo são elaboradas em base consolidada, pelo que se dão aqui como reproduzidos os relatórios de gestão que evidenciam as actividades desenvolvidas por cada uma das sociedades participadas.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS **(Contas Individuais)**

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 15.979.356,70 Euros e um total de capital próprio de 15.871.391,70 Euros, incluindo um resultado líquido de 354.330,09 Euros), a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o

mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

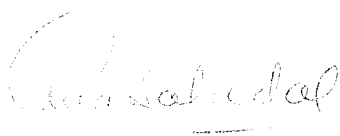
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

ÊNFASE

8. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a divulgação da Nota 15 das Notas às Demonstrações Financeiras relativa ao possível projecto de fusão da Sociedade na RCI Gest – Sociedade de Comércio de Automóveis, S.A..

Lisboa, 12 de Março de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (Contas Individuais)

Senhores Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o Fiscal Único apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Ao longo do exercício, acompanhámos os negócios e a gestão da Sociedade, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respectivo anexo.

Nesta mesma data emitimos a Certificação Legal das Contas com ênfase e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, os quais endereçámos ao Conselho de Administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira de **RCI GEST – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respectivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente desejamos agradecer ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Nº 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)